

POR QUE SOU CONTRA OS ATAQUES À EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA?

Janaína Lopes do Nascimento Duarte¹

Não é de hoje que ouvimos ataques diretos à educação superior pública no Brasil e, com a posse do novo Presidente da República, Jair Bolsonaro, em 1º de janeiro de 2019, temos acompanhando um intenso processo de desmonte da política de educação superior pública, especialmente por meio de ataques diretos ao locus fundamental da produção do conhecimento no país: a universidade pública brasileira. Tais ataques vêm se constituindo a partir: 1) da redução drástica de investimentos na ciência e tecnologia, com redução de recursos diretos para as universidades públicas e para o financiamento de pesquisa científica, o que vem agravando as condições já precárias do seu funcionamento; e 2) do questionamento direto à lógica plural e autônoma de produção e socialização do conhecimento na universidade pública, nas suas diversas áreas.

Neste sentido, a seguir, proponho-me a problematizar alguns dos ataques/discursos mais expressivos e imediatos, na atualidade, direcionados à educação superior pública, especialmente às universidades federais e à produção do conhecimento, apontando seus aspectos contraditórios.

- 1- *“A educação superior pública, no Brasil, é muito cara, demanda uma complexa estrutura que pesa/onera os cofres públicos, especialmente em tempos de crise econômica”*. Em todo o planeta capitalista, a educação é complexa e exige investimento público, já que seus objetivos finais somente são atingidos a médio e longo prazos, cujos resultados não são assegurados imediatamente e nem são apenas quantificados em números, a partir de critérios de gestão, eficiência e eficácia operacionais, que respondam à lógica financeira e de geração de lucro. A lógica da educação é outra! A educação de um povo está relacionada, sobretudo, ao desenvolvimento deste povo enquanto seres humanos que convivem em coletividade e buscam enfrentar as adversidades e desafios de seu tempo.

¹ Assistente Social e Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (SER/UnB). Pesquisadora da temática da Política de Educação Superior, com ênfase no trabalho docente e na formação profissional no Serviço Social. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Segurança Social e Trabalho (GESST/UnB).

Portanto, relaciona-se diretamente com: a socialização/partilha do conhecimento sócio cultural produzido a partir das conquistas civilizatórias de séculos de desenvolvimento humano e social; a produção individual e coletiva do conhecimento científico com a finalidade de enfrentar as questões de seu tempo histórico; por fim, na sociedade contemporânea, a educação também se relaciona ao enfrentamento dos largos índices de desigualdade social entre sujeitos históricos e suas classes sociais, especialmente na sociedade brasileira. No Brasil, de acordo com levantamento do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), de 2014 a 2019, os 10% mais ricos da população elevaram de 49% para 52% a fatia da sua renda nacional, apesar da crise econômica vivida pelo país; por outro lado, os 50% mais pobres, que ficavam com 5,74% da renda do trabalho, viram esse percentual cair para apenas 3,5%, no primeiro trimestre de 2019². Dentre estes mais pobres, dentre os que conseguem ter acesso à educação superior pública, representam a maioria nas universidades públicas. Segundo V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação, realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, “de forma robusta, a V Pesquisa revela que 70,2% do total de discentes das IFES têm renda mensal per capita de ‘Até 1 e meio Salário Mínimo’, 4 pontos percentuais acima do perfil identificado em 2014. Regionalmente há discrepâncias, mas em todas as regiões (brasileiras) o percentual de estudantes inseridos nesta faixa de renda está acima de 60% da população-alvo” (ANDIFES, 2019, p. 59)³. Assim, a educação superior se constitui como investimento estratégico para um país, porque ainda oportuniza o acesso (apesar dos limites concretos) ao conhecimento e a sua produção para o enfrentamento dos desafios coletivos. A questão por trás deste singelo debate, na verdade, seria: Quais são nossas prioridades diante da imensa e histórica desigualdade brasileira? Queremos continuar com o imenso percentual da população sem acesso à educação superior?

² Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/06/desigualdade-aumenta-com-que-da-de-quase-40-na-renda-da-metade-mais-pobre-da-populacao> . Acesso em: 27/08/2019.

³ Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomico-dos-Estudantes-de-Graduacao-das-U.pdf> . Acesso em: 04/09/2019.

2- *A Universidade é também a expressão dos privilégios dos seus servidores públicos, técnico administrativos e docentes*”. A dinâmica interna de uma instituição social como a universidade pública obedece a critérios de gestão pública de recursos, voltados não para a produção fabril/mercantil/empresarial imediata, mas direcionado para a produção e socialização do conhecimento a partir das dimensões articuladas do ensino, da pesquisa, da extensão (com atividades diretamente executadas para e com a sociedade). Isto exige uma dinâmica de trabalho distinta e específica, particularmente para o(a) trabalhador(a) docente, em especial: atualização constante com leituras/estudo; preparo de aulas e avaliações de toda natureza; leitura e correção de material de estudantes (provas e atividades diversas); orientações de estudantes de graduação (monitoria, iniciação científica, monografias de conclusão de curso) e pós-graduação (mestrado e doutorado); supervisão de estágio de estudantes; desempenho de diversas atividades burocráticas e administrativas como servidores públicos de uma universidade; desenvolvimento com rigor teórico metodológico de pesquisas qualificadas em diversas áreas do conhecimento, com ou sem articulação com outros docentes e pesquisadores; divulgação de pesquisas por meio de palestras e publicações científicas (em periódicos, livros, coletâneas, etc.), bem como trabalho como editor, avaliador, parecerista na sua área de conhecimento/ pesquisa; organização e realização de eventos científico e sócio culturais; dentre outras atividades que não são possíveis de dimensionar em um único texto! O trabalho docente em sua totalidade (educação básica e superior) deve ser valorizado e respeitado como elemento chave do processo de formação ampla dos sujeitos, na direção da socialização e produção do conhecimento coletivo e, sobretudo, no desenvolvimento de seres humanos, com habilidades e possibilidades para não só estarem no mundo, mas assumirem o seu lugar neste mundo, ou seja, serem sujeitos da sua história.

3- *“A Universidade Pública Brasileira é sinônimo de balbúrdia e ideologias de esquerda*”. Como podemos chamar de “balbúrdia e espaço de ideologia”, um espaço constituído em sua essência: pela diversidade cultural/ de raça/ de gênero/ de classe social/ de religião/ de orientação sexual; pela pluralidade de ideias e concepções teórico metodológica que geram diversas reflexões e análises sobre a

realidade e seus desafios atuais; pela coexistência de consensos e dissensos (concordâncias e discordâncias de toda natureza); expressões coletivas diversas de estudantes, docentes e técnico administrativos, em suas diferentes formas de organização e manifestação? Estes são elementos constitutivos do processo de construção e socialização do conhecimento científico e sócio cultural, ainda que seja marcado pela desigualdade constitutiva de um país capitalista dependente como o Brasil. Só quem não conhece o espaço da universidade e o processo denso e complexo da construção do conhecimento, e não reconhece o conhecimento construído como patrimônio de gerações, pode desconstruir a natureza e o significado do espaço da universidade pública. É importante também dizer: como qualquer outra instituição social, localizada no capitalismo, a universidade pública é constituída por contradições, limites, particularidades, principalmente em tempos de crise não somente econômica, e com sua existência tão recente no Brasil (a expansão do ensino superior, por meio da lógica das universidades, ocorre de forma mais intensa a partir dos anos 1970, com o agrupamento de faculdades e com o início da pós graduação, mestrado e doutorado em território brasileiro). Na verdade, a universidade pública brasileira precisa ser aprimorada, na direção do seu fortalecimento plural e diverso, nas suas especificidades e particularidades, e a partir da sua conexão com a totalidade social. A direção não é a negação, o desmonte, a desconstrução, mas o investimento público, a defesa intransigente da universidade como espaço de possibilidades.

- 4- *“O Brasil possui uma tímida produção de ciência e tecnologia. É preciso investir (de forma privada) na inovação, pesquisa e empreendedorismo”*. Será que a universidade brasileira, mesmo considerando suas singularidades regionais e locais e os limites orçamentários das últimas décadas no Brasil, não produz ciência? No processo de redemocratização do país, como fruto de luta e esforço coletivo, resultado ainda da combinação de ações do Estado Brasileiro, por meio do protagonismo de instituições de fomento à pesquisa, como CAPES e CNPq (bastante atacados na atualidade devido a cortes drásticos de investimento público, comprometendo seu funcionamento e as pesquisas no país), a produção do conhecimento científico tem crescido majoritariamente nas Universidades Públicas, apesar dos cortes orçamentários, especialmente com a PEC dos gastos:

55/2016⁴. Em matéria do site da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 15/04/2019⁵, por Mariluce Moura, publicado originalmente em 11/04/2019 no “Ciência na Rua”, o presidente da ABC, Luiz Davidovich, físico, professor e pesquisador da UFRJ, afirma que “de acordo com recente publicação feita por *Clarivate Analytics* a pedido da CAPES, o Brasil, no período de 2011-2016, publicou mais de 250.000 artigos na base de dados *Web of Science* em todas as áreas do conhecimento, correspondendo à 13ª posição na produção científica global (mais de 190 países)”, no qual “[...] “todos os estados brasileiros estão representados” nessa produção, “o que mostra uma evolução em relação a períodos anteriores e ao papel preponderante desempenhado pelas universidades públicas que estão presentes em todos os estados”. O professor Davidovich ainda enfatiza que “Mais de 95% das publicações referem-se às universidades públicas, federais e estaduais. O artigo lista as 20 universidades que mais publicam (5 estaduais e 15 federais), das quais 5 estão na região Sul, 11 na região Sudeste, 2 na região Nordeste e 2 na região Centro-Oeste”. Cabe dizer que publicação é sinônimo de divulgação, em revistas científicas altamente qualificadas, de estudos e resultados de pesquisas realizadas por docentes pesquisadores (as) e estudantes em diversas áreas do conhecimento. Dizer que as universidades públicas brasileiras não produzem ciência e tecnologia, nas mais distintas áreas do conhecimento, é no mínimo desconhecimento sobre o significado estratégico destas instituições para o país, no qual desenvolvem pesquisas de alta qualidade e reconhecimento nacional e internacional, que, como ressalta o professor Davidovich: “beneficiam a população brasileira e contribuem para a riqueza nacional. Graças a essas pesquisas, o petróleo do pré-sal representa atualmente mais de 50% do petróleo produzido no país, a agricultura brasileira sofisticou-se e aumentou sua produtividade, epidemias, como a do vírus da Zika, são enfrentadas por grupos científicos de grande qualidade, novos fármacos são produzidos, alternativas energéticas são propostas, novos materiais são desenvolvidos e empresas brasileiras obtêm protagonismo internacional em

⁴ Emenda Constitucional 95, aprovada em 13/12/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos, por meio de rígido mecanismo de controle, aferido a partir da inflação anual.

⁵ Matéria disponível na íntegra em: <http://www.abc.org.br/2019/04/15/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil>. Acesso em: 22/08/2019.

diversas áreas de alto conteúdo tecnológico, como cosméticos, compressores e equipamentos elétricos”. Portanto, a Universidade Pública se constitui como uma questão estratégica de soberania no Brasil, além de oportunidade democrática de acesso ao conhecimento e a vida social e laboral, em um país marcado por séculos de escravidão (com desdobramentos até hoje) e desigualdades de toda natureza.

Todos os argumentos expostos (e analisados nestas poucas linhas) sintetizam uma lógica de desconstrução da educação superior pública brasileira, expressa concretamente no desprestígio, no desrespeito e no desmonte da universidade pública no país. Assim, sou contra os ataques à educação superior pública brasileira e, por isso, defendo a universidade pública, gratuita e de qualidade como: patrimônio do povo brasileiro; elemento de soberania; possibilidade de redução de extremas e históricas desigualdades; e como possibilidade de construção e consolidação de valores e capacidades humanas e sociais.

COMO CITAR ESTE TEXTO:

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Por que sou contra ao desmonte da educação superior pública? In: **Projeto Antíteses**. Brasília: NEPPOS/CEAM/UnB, 2019.